



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4345 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTES E HABITAÇÃO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-3-2023.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas e vinte e um minutos, reuniu-se, na sala número 303 deste Legislativo, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Pablo Melo. Constatada a existência de quórum, de imediato foi aprovada a Ata da sexta reunião (ordinária), tendo sido dispensada a leitura da mesma. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS, para parecer, os seguintes Processos: à vereadora Fernanda Barth, o Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 244/22 (Processo nº 0477/22) e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 381/22, 446/22, 450/22 e 005/23 (Processos nºs 0758/22, 0912/22, 0918/22 e 0017/23, respectivamente); ao vereador Jessé Sangalli, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 101/21, 205/22, 425/22, 447/22 e 012/23 (Processos nºs 0299/21, 0379/22, 0877/22, 0913/22 e 0032/23, respectivamente); à vereadora Karen Santos, o Projeto de Lei do Legislativo nº 104/21 (Processo nº 0320/21) e os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 002/22 e 015/22 (Processos nos 0103/22 e 0762/22, respectivamente); ao vereador Moisés Maluco do Bem, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 014/22, 225/22, 451/22 e 010/23 (Processos nºs 0028/22, 0436/22, 0919/22 e 0026/23, respectivamente); ao vereador Marcelo Sgarbossa, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 094/14, 312/21 e 398/21 (Processos nºs 0988/14, 0757/21 e 0951/21, respectivamente), e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 022/22 (Processo nº 0868/22); ao vereador Pablo Melo, a Indicação nº 012/23 (Processo nº 0153/23) e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 380/21, 357/22, 366/22 e 445/22 (Processos nºs 0892/21, 0708/22, 0729/22 e 0911/22, respectivamente). Após, foi lido, discutido e APROVADO o seguinte Parecer: nº 028/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 033/22 – Processo nº 0066/22), de autoria do vereador Marcelo Sgarbossa. Em continuidade, a Senhora Presidente comunicou que a presente Reunião seria destinada a tratar acerca do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/22, que cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMMU) e extingue o Conselho Municipal de Transportes Urbanos (COMTU). Na sequência, a senhora Presidente convidou para compor a Mesa dos trabalhos os senhores Adão de Castro Júnior, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU); Matheus Ayres, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU); Jaires Maciel, Presidente do Conselho Municipal de Transportes Urbanos (COMTU); Pedro da Hora Dias, diretor da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA); Rodrigo Lopes Duarte, diretor da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE); Erick Dênil Machado Pimentel, conselheiro da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMESPA) e Airtton Maciel, diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Porto Alegre. Em prosseguimento, a senhora Presidente concedeu a palavra aos convidados para suas manifestações. O senhor Matheus Ayres destacou que o conselho pode passar a tratar de outros temas de mobilidade, como infraestrutura e segurança viária. Afirmou que essa mudança reproduz uma atualização já realizada em outras capitais. O senhor Adão de Castro Júnior afirmou que a proposta amplia as competências do conselho, destacando que o mesmo passaria a se envolver de forma abrangente e transversal em todos os temas relativos à mobilidade urbana e não apenas nos referentes ao transporte. Ressaltou que a mudança aumentaria a amplitude e a relevância do conselho. O senhor Jaires Maciel enfatizou o artigo do projeto que estabelece que a tarifa de ônibus será fixada pelo Executivo mediante decreto, retirando do conselho a responsabilidade pela análise da mesma. Criticou a retirada de entidades que hoje têm representação, afirmando que, na configuração proposta, o controle do funcionamento do conselho ficaria nas mãos do Executivo. O senhor Pedro da Hora Dias alertou que quem irá mandar no novo conselho é o empresariado e o prefeito. Sugeriu seminários para discussão e debates sobre o projeto. O senhor Rodrigo Lopes Duarte afirmou que na configuração proposta, mais de cinquenta por cento dos conselheiros não irão conhecer a realidade do sistema, pois serão pessoas que não utilizam o transporte público. O senhor Erick Dênil Machado Pimentel afirmou que o transporte coletivo de Porto Alegre vem perdendo público a cada ano, pois não contempla o que a sociedade quer. Alertou para o aprofundamento da crise caso continue no ritmo em que está, com a frota sucateada, sem ar-condicionado, tarifa cara e coletivos lotados — sem o cobrador para auxiliar. Propôs que seja ampliada a participação de entidades no conselho, mantendo as que já estão e agregando as demais indicadas pelo Governo Municipal. O senhor Airtton Maciel afirmou ser uma decisão precipitada retirar do conselho as entidades que representam as pessoas que vivem o dia-a-dia do transporte público da Cidade. Sugeriu que o projeto seja debatido antes de ir à votação. A vereadora Karen Santos afirmou que, para além da denominação, as alterações propostas pelo Executivo são significativas. Ressaltou que a iniciativa restringe o papel do conselho e que o órgão precisa ter autonomia para cumprir seu papel fiscalizador. Destacou os pontos controversos do projeto quanto a composição do conselho, com a retirada de entidades hoje representadas; a limitação a apenas uma recondução para os mandatos de dois anos no conselho e a retirada da prerrogativa do conselho analisar o cálculo tarifário, tratando-se, este último item, da discussão central dos debates. Destacou que o projeto já recebeu parecer das comissões e está apto para ser votado em plenário. O senhor Adão de Castro Júnior enfatizou que o projeto não está em regime de urgência e tramita na Câmara para ser debatido pelos vereadores. Manifestaram-se sobre o assunto os vereadores Fernanda Barth, Pablo Melo e Marcelo Sgarbossa; e o senhor Paulo Roberto Pereira Rocha, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os encaminhamentos definidos na reunião foram os seguintes: constituir fóruns das entidades para debater sobre o projeto; e viabilizar um tipo de mediação junto ao Governo Municipal para reformulação do projeto em relação a seus pontos controversos. Às doze horas e vinte e oito minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Registra-se que o teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças

desta reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente desta Comissão, vereadora Karen Santos.

PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Karen Santos, Vereador(a)**, em 10/04/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0530745** e o código CRC **D769422A**.

Referência: Processo nº 010.00002/2023-93

SEI nº 0530745